Déficit comercial — agricultura pode resolver o problema

ANDRÉ PESSÔA

Nos dias atuais, não há conversa entre economistas brasileiros que não acabe girando em torno da polêmica restrição externa a ser enfrentada pelo Plano Real nos próximos anos. O sucesso da estabilização brasileira depende hoje da capacidade do setor exportador de gerar, no tempo adequado, as divisas que reequilibrem nossa balança comercial. Por enquanto, a farta liquidez do mercado internacional de capitais favorece e financia o desequilíbrio em nossas contas externas, mas eventos como as crises do México, em 1995, e da Tailândia, nas últimas semanas de julho, colocam a questão: vai dar tempo? Até mesmo autoridades governamentais já confessaram que essa é uma aposta que o Brasil está fazendo; e ninguém sabe prever o resultado.

É consenso que as exportações não estão reagindo da forma que se esperava e que seu crescimento nos últimos dois anos está fortemente vinculado aos preços das commodities, principalmente agrícolas. A discussão quase sempre é sobre como agregar valor aos nossos produtos exportados e como aumentar a participação de produtos manufaturados na nossa pauta. Afinal, "é uma vergonha que apenas o setor agrícola melhore ano a ano sua *performance*", frase freqüente no repertório de respeitados economistas.

Por essa razão, é comum observar medidas de apoio a investimentos de empresas transnacionais, como as do setor automotivo que, ao implantar/ampliar suas bases no país a fim de explorar o mercado doméstico, poderiam, pela lógica da escala e da globalização, destinar uma parte de sua produção ao mercado externo. Também podem ser observadas ações governamentais para conferir competitividade a setores que possam atenuar a entrada de produtos importados, como no caso do setor têxtil, mesmo que mirabolantes esquemas de facilidades fiscais tenham que ser montados pelos estados destinatários de tais investimentos. Enfim, toda a engenhosidade dos nossos melhores técnicos e o melhor esforço do nosso governo têm sido colocados à disposição do setor industrial brasileiro para que nossas exportações de manufaturados possam crescer no ritmo desejado.

O que é óbvio, mas que muitos não conseguem ou não querem ver, é que não há demérito algum em exportar commodities agrícolas, processadas ou não, pois um dólar advindo de exportação de soja em grão ou frango vale tanto quanto um dólar procedente da exportação de carros ou roupas. Aliás, países ricos e industrializados, como EUA, Canadá, França, Austrália e até mesmo nossa vizinha Argentina, têm na exportação de commodities agrícolas boa parte de suas receitas cambiais.

A principal lição que a festejada globalização trouxe à economia dos anos 90 é a revitalização de dois conceitos básicos: alocação eficiente de recursos e vantagem comparativa. Já na primeira aula de qualquer curso básico de economia se aprende que economia é a ciência ou arte, como querem alguns, que estuda a alocação eficiente de recursos escassos para fins alternativos. Ora, já que não temos recursos em abundância para incentivar todos os setores econômicos, deveríamos privilegiar aqueles em que é maior a nossa vantagem comparativa.

Algumas poucas informações sobre o mundo agrícola atual bastam para evidenciar nossa vantagem comparativa nessa seara e qual o mercado potencial a ser explorado (ver tabela abaixo).

Taxa de utilização e volume de terras potencialmente agricultáveis em regiões consideradas as menos desenvolvidas do mundo

Região	Taxa de utilização %	Área disponível (milhões de hectares)
América Central	48	39
América do Sul	15	695
África	21	621
Sudoeste da Ásia	143*	0
Sudeste da Ásia	92	8
Ásia Central	89	11

Fonte: FAO.
* Nessa região, são utilizadas para agricultura terras consideradas inaptas, tais como morros e aterros, o que explica o percentual superior a 100.

ANDRÉ PESSÔA é engenheiro agrônomo pela Universidade Federal de Viçosa — UFV/MG (1990) — e mestre em economia agrícola pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz — Esalq/USP (1996). Sócio consultor da Agroconsult — Engenharia de Levantamentos, Consultoria e Projetos Ltda.
E-mail: andre.pessoa@ibm.net

Boa parte dos solos considerados na tabela da página anterior só presta para reflorestamento, pastagens ou agricultura irrigada. Áreas relativamente planas, com precipitação e temperatura adequadas ao cultivo de sequeiro, só existem praticamente em duas regiões: as savanas africanas e o cerrado brasileiro. Nunca é demais lembrar que as pouquíssimas áreas ainda disponíveis na América do Norte, Europa e Oceania enfrentam fortes restrições ambientais a seu uso.

A região de savanas, na África, não deverá ser incorporada ao processo produtivo moderno até que hutus e tutsis, entre tantas outras etnias, resolvam suas diferenças. O cerrado brasileiro tem 250 milhões de hectares, dos quais 112 milhões são potencialmente aráveis. A Embrapa considera apenas 90 milhões e o Ministério da Agricultura reduz essa área para 45 milhões de hectares quando considera as restrições ecológico-ambientais existentes hoje. Com todos esses descontos, podemos dizer que essa extensão de terras prontamente agricultáveis representa um verdadeiro Carajás agrícola. Apenas para se ter uma idéia do que isso representa em termos de potencial, vejamos o que poderia ser produzido utilizando-se apenas 20 milhões de hectares, menos da metade do potencial, e uma área facilmente aproveitável num horizonte de 10 anos. Não se considera aqui a hipótese de plantar numa mesma área uma safra de verão (soja) e outra de inverno (milho), como aliás já se faz com sucesso na região.

Com 10 milhões de hectares de milho podem-se produzir 37 milhões de toneladas, considerando a atual produtividade do Mato Grosso, que é de 3.700kg por hectare. Esse volume é igual à safra brasileira atual. Além disso, nos 10 milhões de hectares restantes podem-se produzir 27 milhões de toneladas de soja, o que também representaria uma safra brasileira atual. Aos preços atuais da soja em grão (US$250,00 por tonelada) e do milho (US$100,00 por tonelada) no mercado internacional, a exportação desses volumes geraria uma receita de US$10,45 bilhões, algo próximo do déficit projetado para a balança comercial brasileira este ano.

Mas se o problema é agregar valor às exportações, então esmagando-se toda essa soja podem-se produzir 5,13 milhões de toneladas de óleo de soja, uma vez e meia a atual produção brasileira, além de 21 milhões de toneladas de farelo de soja, também uma vez e meia a produção brasileira atual. Usando-se 15,85 milhões de toneladas desse farelo junto com 37 milhões de toneladas do milho acima, pode-se dispor de 52,85 milhões de toneladas de ração básica para a alimentação de frangos. Com esse volume de ração, considerando uma conversão alimentar de 2,05kg de ração para cada quilo de frango produzido, podem-se produzir 25,8 milhões de toneladas de carne de frango, seis vezes a produção brasileira prevista para 1997.

A exportação desses produtos (5,13 milhões de toneladas de óleo de soja, 25,8 milhões de toneladas de carne de frango e 5,15 milhões de toneladas de farelo de soja não usado para ração) aos preços médios praticados nas exportações brasileiras em 1996 pode arrecadar os valores constantes da tabela a seguir.

Observadores mais atentos a essa altura já devem estar sugerindo que, não havendo mercado para absorver esses grandes volumes, tal exportação não se realizará e, mesmo que haja mercado, os preços praticados não serão os atuais. De fato, 37 milhões de toneladas é um bocado de milho; mas basta que a China mantenha por mais cinco anos a taxa média de crescimento do consumo de milho que apresentou nos últimos 10 anos (5,2% ao ano) para que sejam demandados mais 37 milhões de toneladas. No caso da soja, seriam necessários mais seis anos com a mesma taxa média de crescimento dos últimos 10 anos, de 18,4 % ao ano, para absorver na forma de farelo os 27 milhões de toneladas que seriam produzidos anualmente nos cerrados brasileiros.

Brasil — potenciais de exportação agrícola

	Preço (US$/t)	Receita potencial (bilhões de US$)
Farelo de soja	242	1,246
Óleo de soja	534	2,739
Frango	1.479	38,158
Total		42,143

E quanto ao frango? Afinal, adicionar ao consumo 25,8 milhões de toneladas de frango equivale a multiplicar por cinco e meio o atual mercado chinês de frango. Embora hercúlea, essa tarefa não parece impossível, quando se observa que cada chinês do continente come atualmente 4,6kg de frango por ano, mas em Hong Kong comem-se 43kg por habitante ao ano. Considerando que os chineses do continente são 1,25 bilhão, seria necessário que o consumo médio passasse para 25,2kg/habitante/ano para absorver o adicional de 25,8 milhões de toneladas. Para isso seriam necessários 12 anos com a mesma taxa de crescimento do consumo de frango apresentada na China entre 1990 e 1997, que foi de 16% ao ano. E os preços? É verdade, os preços cairiam, mas como o nosso frango apresenta o menor custo de produção do mundo (cerca de US$500 por tonelada), os países que hoje competem com o Brasil no mercado externo seriam obrigados a aumentar consideravelmente o volume de subsídios aos seus produtores para continuarem competitivos nesse mercado, possibilidade remota após a Rodada Uruguai. É a tal da vantagem comparativa.

Um bom argumento contrário ao potencial de crescimento do mercado para nossas exportações é que a agricultura chinesa mostrou-se exuberante nas últimas duas décadas, tanto que sua produção de milho permitia, até bem pouco tempo, sua participação no mercado como exportador e sua avicultura há anos é a que mais cresce no mundo. Tudo isso é verdade, mas o limite está próximo, pois a China só dispõe de 13% de planícies e cada vez mais fábricas e habitações concorrem com as atividades agrícolas por esse espaço.

Elevar a produtividade poderia ser uma saída, se esse recurso já não tivesse sido usado. Hoje em cada hectare cultivado na China são produzidos 4,4 mil quilos de grãos, ao passo que nos EUA, líder inconteste de tecnologia, esse número é de 5,1 mil quilos por hectare cultivado. Considere-se ainda que a tendência é que a China passe a explorar sua área agrícola cada vez mais com produtos de maior valor agregado

AGROANALYSIS

PUBLICIDADE

GERENTE COMERCIAL
Carlos Henrique T. Miranda
E-mail: caique@fgv.br
Tel.: (021) 536-9269
Fax: (021) 536-9207

SÃO PAULO
Mix Midia Comunicações Ltda.
Nilson Trivelli
Caixa Postal 21.109
CEP: 04698-970
Tel. e fax: (011) 3061-9754

BRASÍLIA
Letra & Arte Com. Repres. Ltda.
Deusa Ribeiro
SHIN — QI 8, CJ 3, Casa 17 Lago Norte
CEP: 71520-230
Tel.: (061) 226-5326
Fax: (061) 226-1824

RIO DE JANEIRO E DEMAIS ESTADOS
MCE Empresarial Ltda.
Igor Lima de Freitas
Av. Nilo Peçanha, 155 sala 423
CEP: 25010-140
Tel. e fax: (021) 240-8521

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
IBRE

por unidade de área, caso de frutas, legumes e verduras, em detrimento da produção de grãos. O próprio governo chinês, que até 1996 planejava suprir 100% de suas necessidades de grãos com produção própria, já trabalha com uma meta, dificilmente atingível no longo prazo, de 92% de auto-suficiência.

Outro argumento contrário ao crescimento acentuado de nossas exportações agrícolas reside, não sem razão, na possibilidade de o mercado doméstico se configurar ao longo dos próximos anos num voraz consumidor de alimentos, pagando inclusive preços acima da paridade internacional. Acredita-se que, dada a forte elasticidade-renda da demanda de alimentos no Brasil, um crescimento do PIB em torno de 6% ao ano promoveria aumento da base de consumo (crescimento horizontal), com a incorporação de novos consumidores, haja vista que o atual modelo de crescimento da renda no Brasil apresenta a virtude da melhor distribuição. Também haveria tendência de aumento do consumo de alimentos mais nobres (proteínas animais, frutas, legumes e verduras) e com maior valor agregado (sucos prontos, derivados lácteos e alimentos prontos para consumo), caracterizando-se um crescimento vertical.

Dois pontos devem ser colocados diante dessa possibilidade: o Brasil pode aumentar sua área plantada além da quantidade usada no exercício acima, passando a atender o crescimento tanto do mercado externo quanto do doméstico; e se o país passar a crescer à taxa de 6% ao ano, por certo a restrição externa já terá sido superada, contando com a ajuda da agricultura. Pode-se concluir que o caminho traçado para a agricultura brasileira nesse exercício considera o cenário mais conservador para o mercado consumidor.

Outro ponto importante a ser considerado é a iminente redução do volume de recursos que os países ricos estão dispostos a disponibilizar em suas políticas de proteção da renda dos agricultores. Tanto os EUA quanto a CEE já iniciaram um processo de redução de subsídios agrícolas. Graças à nossa competitividade em vários mercados agrícolas, essa mudança de postura na política agrícola dos países ricos vai significar mais mercado para vários produtos agrícolas brasileiros.

O plantio desses 20 milhões de hectares poderia gerar demanda anual de 8 milhões de toneladas de fertilizantes (em 1997 devem ser consumidos 13,5 milhões de toneladas) e seria necessário adicionar à frota atual de tratores (520 mil) pelo menos mais 200 mil unidades, ou mais de 10 vezes o que será vendido este ano. Sem contar com a possibilidade de geração de milhares de empregos no campo, atenuando o problema dos sem-terra.

Por tudo isso faz-se necessária uma reflexão mais cuidadosa por parte dos economistas brasileiros sobre a possibilidade de o país apostar mais fortemente no desempenho do setor exportador agrícola como uma parte da solução da restrição externa. O caminho a ser seguido para realizar o pleno potencial da agricultura brasileira é conhecido: facilitar ao máximo o acesso à tecnologia, reduzir o custo Brasil e enfrentar o forte protecionismo dos nossos parceiros comerciais. A agricultura é o caminho mais rápido, mais barato e mais eficiente para resolver a restrição externa atual ao crescimento econômico sustentado.